

humanitas

Vol. XXIX-XXX

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XXIX-XXX



COIMBRA
MCMLXXVII-MCMLXXVIII

JOSÉ HERMANO SARAIVA, **Vida Ignorada de Camões**. Publicações Europa-América, Lisboa, 1978, 399 páginas.

Mais uma biografia romanceada de Camões, capaz de competir em rasgos de fantasia com tudo o que de mais imaginoso se escreveu até hoje do poeta.

O Dr. José Hermano Saraiva volta a D. Violante de Andrade, amada de Camões, sugerida vagamente por Wilhelm Storck na sua monumental biografia (1) e confirmada e ampliada pelo romancista Aquilino Ribeiro (2). Não querendo, porém, ficar na situação de mero glosador de uma hipótese alheia, o Autor junta ao número das hipotéticas amadas de Camões uma filha de D. Violante, a saber, D. Joana de Noronha, cuja existência apagada (se de facto tal D. Joana existiu) se encontra numa única genealogia. Como castigo dos amores com o poeta pobre, D. Joana, sobre quem nada se sabe, é pelo Dr. Saraiva mandada de castigo para a Índia. Mas antes de lá chegar, o Autor desfaz-se dela pelo caminho, fazendo-a morrer no mar. De tudo isto não há, evidentemente, um único documento nem uma única lembrança objectiva.

A viagem para a Índia, no século XVI, não era exactamente um cruzeiro em moderno paquete de luxo. Mesmo nas melhores condições, tornava-se um longo Purgatório, quando não um doloroso Inferno. Mas D. Joana, punida pela família, tem que passar por esse exílio de dor e ignomínia.

Testemunhos das suas congeminações vai o Autor procurá-los em poemas, nem todos de provada autoria camoniana, usando o mesmo processo que outros antes dele empregaram para construir, por vezes com os mesmos versos, os romances de D. Catarina de Ataíde, de Dinamene, da Infanta D. Maria, de D. Francisca de Aragão, de Isabel Tavares, etc.

A partir de trechos e de versos da mais variada proveniência, arrancados do contexto, fabricou o Dr. Saraiva a sua biografia do poeta. E montada ela, passou a propor a sua interpretação biográfica desses e de outros poemas. Trata-se do conhecido círculo vicioso de que, referindo-se aos antecessores de J. H. Saraiva, escreveu a investigadora Elisabeth Naique-Dessai: «Es entstand ein circulus vitiosus: Die Thesen, die man aus dem lyrischen Material gewann, bildeten wiederum die Grund-

(1) Wilhelm Storck, *Vida e Obras de Luís de Camões. Primeira Parte. Versão do Original Alemão anotada por Carolina Michaëlis de Vasconcellos*. Por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, MDCCCXCVIII, p. 293.

(2) *Luís de Camões. Fabuloso, Verdadeiro. Ensaio*, vol. I, Livraria Bertrand, Lisboa, 1958, pp. 112 e 184.

lage für das Verständis camonianischer Verse» (3). O Dr. Saraiva condena, aliás, repetidamente, nos outros esta atitude, mas pratica-a constantemente.

Lançado por uma campanha publicitária muito bem organizada, que incluiu frequentes entrevistas com o autor, por vezes acompanhadas de declarações sensacionalistas, nos jornais, na rádio e na televisão, o livro vendeu-se muito bem. E o programa «Gente de Paz» na TV, que o Dr. Saraiva com habilidade aproveitou para recordar incessantemente Violante, promoveu (de certo modo, à custa do contribuinte) a venda do seu romance camoniano e acelerou o êxito comercial do livro.

Às muitas amadas do Camões da tradição popular, espadachim volúvel e conquistador, divulgado por livros como o romance folhetinesco de Campos Júnior, contrapôs o Dr. Saraiva a paixão absorvente por D. Violante de Andrade, de quem teria sido amante, e o namoro com sua filha D. Joana, se ela de facto existiu. Esta nova visão do poeta obcecado por um único amor, pois D. Joana pouco dura, é mais trágica do que a anterior. E obriga o Autor a metamorfosear em Violante os nomes de várias mulheres e até de figuras mitológicas mencionadas pelo poeta, processo aventuroso a que também submete D. Joana. Além disso, atribui imaginosa aos amores com Violante poemas onde não há uma única referência a esta senhora, como a canção VII (p. 121 e segs); do mesmo modo que na elegia *Divino almo pastor, Dêlio dourado* nada prova que esse poema tenha alguma coisa a ver com D. Francisco de Noronha (p. 344 e segs). Isto no caso de ele ser de Camões, o que também não é certo. E os exemplos podiam ser multiplicados, sem dificuldade.

Na realidade, o nome de Violante poucas vezes aparece na lírica camoniana. Faria e Sousa no seu comentário a *Rimas Várias, Primeira Parte*, página 35, 2.^a coluna, regista as seguintes ocorrências: «De Violante en el 13. y de la Centuria 2. el 19. y en la Egloga 14». Isto é, nos sonetos que principiam *Num jardim adornado de verdura* e *A violeta mais bela que amanhece*; e na égloga, cujo primeiro verso é *Agora, já que o Tejo nos rodeia* — égloga rejeitada hoje pelo comum dos editores. Aliás, o segundo soneto mencionado também não é unanimemente aceite. Fica-nos apenas uma ocorrência segura e, aí mesmo, por alusão, no verso final: *...mas eu queria / Viol' antes que lírio nem que rosa*.

Nesse mesmo passo do comentário de Faria e Sousa vêm enumeradas outras figuras femininas identificáveis (o que não é o caso de Violante), como D. Guiomar Blasfé, a Princesa D. Joana (sob o anagrama de Aónia) e D. Francisca de Aragão.

A lista das mulheres mencionadas nos versos de Camões com anagrama ou com pseudónimo, ou designadas por um daqueles nomes característicos das heroínas poéticas do Quinhentismo, Natércia, Belisa, Galateia, Nise, Dinamene, Sílvia, etc., é muito maior.

O nome de Violante, por outro lado, nada tem de extraordinário no século XVI em que, ao invés do que hoje acontece, ocorre com frequência. E nem mesmo a sua

(3) «Originou-se um círculo vicioso: as teses que se obtiveram a partir do material lírico tornaram-se, por sua vez, o fundamento para a compreensão dos versos camonianos». *Die Sonette Luís de Camões^s. Untersuchungen zum Echtheitsproblem. Inaugural-Dissertation zur Erlangung des Doktorgrades der Philosophischen Fakultät der Universität zu Köln vorgelegt von Elisabeth Naique-Dessai (Gr. Süstedt)*, 1967, p. 53.

menção, como o da amada de Camões, num passo da *Dorotea* de Lope de Vega, prova que se trata de D. Violante de Andrade, mulher do 2.º conde de Linhares, D. Francisco de Noronha. Nesse trecho, citado pelo Dr. Saraiva na p. 66, enumera Lope de Vega «La Diana de Montemayor... la Filida de Montalvo, la Galatea de Cervantes, la Camila de Garcilaso, la Violante del Camões, la Silvia de Bernaldes, la Filis de Figueroa y la Leonor de Corte Real. (...) despues de muerta celebros e Petrarca su bella Laura».

Se excluirmos Leonor, que não foi a amada de Jerónimo Corte Real, mas a heroína do seu poema *Naufrágio de Sepúlveda*, todos os nomes restantes são pseudónimos, categoria a que não escapa, segundo se pensa, a Laura de Petrarca. Tal prática, aliás, vinha dos elegíacos romanos, que costumavam dissimular a *domina* sob um criptónimo, e foi imitada pela poesia quinhentista. Porque não há-de ser Violante também um pseudónimo? E, se for um nome real, porque há-de ser o de D. Violante de Andrade? Porque Camões foi amigo de seu filho D. António e talvez preceptor do jovem, como pensava Storck? Porque foi mesmo pagem em sua casa, como pretende o Dr. Saraiva?

Mas se Camões foi empregado em casa dos futuros condes de Linhares, e amante da patroa, mais natural era que disfarçasse o nome da sua musa. Para responder a esta dificuldade, o Dr. Saraiva esforça-se por minimizar as consequências do adultério no século XVI, procurando criar a impressão de que a falta grave de Camões foi a de ter cortejado a filha da casa (D. Joana), se ela existiu, e não o adultério com a mãe (D. Violante), se o houve. Para esse efeito, refere a severidade das *Ordenações Manuelinas* no primeiro caso, mas esquece-se de mencioná-las no segundo. Como já tive oportunidade de acentuar em ocasião anterior (4), as coisas eram diferentes daquilo que o Autor nos quer fazer crer. E uma consulta às *Ordenações Manuelinas*, livro V, «título XV. Do que dorme com mulher casada» e «título XVI. Do que matou sua mulher pola achar em adultério», mostra que o modo como eram resolvidas situações destas não justifica a ligeireza com que as encara o Dr. Saraiva: «É certo que os costumes não eram muito rigorosos, mas tudo dependia das situações» (p. 213). Os costumes não eram muito rigorosos, segundo o Autor, mas a pena corrente era a morte, aplicada pelo marido e por quem ele chamasse para o ajudar, e sem castigo para os assassinos. Todavia, não há qualquer documento, nem qualquer tradição escrita, que fale do adultério de Luís de Camões com a condessa de Linhares.

O casamento de D. Violante, filha do rico Fernão d'Álvares de Andrade, tesoureiro e valido de D. João III, mas de duvidosa nobreza, e da plebeia Isabel de Paiva, com D. Francisco de Noronha, filho do 1.º conde de Linhares, foi certamente um matrimónio em que se aliou à fortuna da noiva a fidalguia sem comedoria de um filho segundo, pois D. Francisco, quando casou, não era o herdeiro do título. O Dr. Saraiva mostra uma grande preocupação em degradar este casamento, manchado pelo imaginário adultério da esposa, e não perde uma oportunidade de demolir o casal, ao longo do livro.

(4) Na recensão de José Hermano Saraiva, *Elementos para uma nova biografia de Camões*. Academia das Ciências, Lisboa, 1978 in *Colóquio | Letras*, 43, Lisboa, Maio de 1978, pp. 91-92.

Assim, por exemplo, vai buscar ao manuscrito 666 da Biblioteca Nacional de Lisboa, uma anedota que conta deste modo:

«D. Francisco de Noronha, 2.^o conde de Linhares e amo do Poeta, estava à janela do seu palácio, em Alfama, enquanto, em baixo, alguns escravos seus varriam a rua. Passou por ali Diogo Navarro, um músico ao serviço do Infante D. Luís, que era famoso pela *arte de derivar*, isto é, pela perícia nos malabarismos lexicológicos. Da janela, o conde disse-lhe:

— Navarro, mando varrer!

O músico respondeu:

— Pois, senhor, onde farão cisco senão onde o há?

O dito ficou célebre e anos mais tarde ainda se repetia. O leitor fica perplexo: onde estava a graça? Estava em que o conde fez troça do nome do músico (Navarro, não varro) e o picou com o que podia parecer uma ordem vexatória (mando varrer!). O músico respondeu à letra: fez troça do nome do conde (Francisco, farão cisco) e recordou-lhe que muito lixo havia à porta dele (o que talvez encobrisse outro trocadilho, porque se falava muito das leviandades da condessa)» (p. 27).

Ora o que se encontra no ms. do Rio, cujo texto é praticamente idêntico ao ms. 666, é o seguinte, desfeitas as abreviaturas e modernizadas a grafia e pontuação:

«Passando Diogo Navarro pela porta de D. Francisco de Noronha, que depois foi conde de Linhares, estava D. Francisco à janela e uns escravos seus varrendo a porta. E, porque sabia que Diogo Navarro dirivava muito bem, chamando-o, disse-lhe: Navarro, mando varrer. E ele respondeu-lhe: Pois, senhor, adonde farão cisco senão donde o há?»

Comparando as duas versões da anedota, verifica-se que D. Francisco ainda não era conde e estava simplesmente à janela de sua casa a que a anedota nem chama palácio nem diz onde fica. Não há qualquer hostilidade na sua *derivação* do nome de «Navarro = Na(m) varro». Não há qualquer ordem vexatória na simples afirmação «mando varrer». A frase é: «(Eu) não varro, (mas) mando varrer».

Respondendo à *derivação* que D. Francisco faz sobre o seu nome, Navarro *deriva*, por seu turno, o de D. Francisco em «Farão cisco», porque os escravos que varriam eram negros e, na linguagem dos pretos, a chamada anaptixe (introdução de uma vogal para desfazer um grupo consonântico) fazia de «Francisco > Farancisco», como em Gil Vicente o preto Fernando do *Clérigo da Beira* a si próprio chama «Furunando». E o cisco que lá havia era naturalmente aquele que os escravos negros estavam varrendo.

D. Francisco de Noronha ainda não era conde — diz o texto original — e, portanto, ainda que então fosse casado, sua mulher não era condessa. Mas é bem possível que nem casado fosse, visto que casou tarde. Para que vem o Dr. Saraiva falar das «leviandades da condessa» que só ele conhece? Onde está o documento que as denuncia?

Mas não fica por aqui, pois com a sua fértil imaginação vai supor Camões a insultar gratuitamente em *Os Lusíadas* o homem a quem teria ofendido na sua honra.

Eis o que o Dr. Saraiva escreve na p. 30: «Ou quem poderia ter suspeitado do verdadeiro sentido da capciosa metáfora a D. Francisco (de Almeida), ignorando o papel que D. Francisco (de Noronha) teve na vida de Camões? (c. X, est. 34)».

Nesse passo de *Os Lusíadas*, D. Francisco de Almeida, preparando-se para o combate, é comparado a um touro que afia as pontas, segundo um «simile» da epopeia greco-latina. Mas para o Dr. Saraiva, ao descrever o primeiro vice-rei da Índia e compará-lo a um touro, Camões está a chamar mentalmente cornúpeto a outro Francisco, ao seu antigo patrão, se o foi:

Qual o touro cioso que se ensaia
Para a crua peleja, os cornos tenta
No tronco de um carvalho ou alta faia
E o ar ferindo as forças exp'rimenta.

D. Violante, por seu turno, é transformada em mulher de mau porte, sempre sem qualquer documento válido, nas pp. 56-57. Não se sabe a quem Camões dedicou as «trovas a uma senhora a quem deram um pedaço de cetim amarelo», mas para o Dr. Saraiva esses versos escarninhos a uma moça venal que se vendeu por um pedaço de tecido caro, que denunciava o comércio ilícito, e é aconselhada a receber panos mais baratos, só podem ter sido escritos a propósito da rica D. Violante de Andrade:

E quem da fama se arreda,
que tudo vai descobrir,
deve sempre de fugir
de sitins, porque da seda
seu natural é rugir.
Mas pano fino e delgado
qual raxa e outros assi,
dura, aqueita e é calado,
amoroso, e dá de si,
mais que sitim, nem borcado.

Mas estes, que sedas são
com quem s'enganam mil damas,
mais vos tomam do que dão;
prometem, mas não darão
senão nódoas para as famas.

Nem a fortuna da mulher de D. Francisco de Noronha a livra de se vender em troca do indiscreto *si-tim*, quando isso convém às congeminações do Dr. Saraiva.

Em 1579, quando D. Francisco de Noronha já morrera há cinco anos, surge o único testemunho que pode ter algum valor sobre a desigualdade do casamento do 2.º conde de Linhares. Ele não significa, todavia, que a condessa tivesse cometido adultério e, ainda menos, que o cúmplice fosse Luís de Camões.

Trata-se de um documento que o Autor extraiu — segundo creio, porque ele o não diz — do livro de Queirós Veloso, *O Interregno dos Governadores e o Breve Reinado de D. António*, Lisboa, 1953, p. 218. É uma carta de Cristóvão de Moura, agente de Filipe II de Espanha ao seu amo, a recomendar, para o título do pai, D. Fernando de Noronha que viria a ser o 3.º conde de Linhares, já sob a dominação espa-

nhola. Ao mesmo tempo que recomenda, Moura põe algumas reservas: «...este caballero tiene una de las casas honradas desta tierra, si bien es mas desvalido que sus Pasados, por no haber casado su padre como su sangre merescia» (Saraiva, p. 309).

O senão encontrado em D. Fernando de Noronha parece residir no sangue de sua mãe. Ora é de saber que, na corte de Filipe II de Espanha as questões de ascendência aristocrática eram objecto de muito maior rigor do que em Portugal. Só um exemplo:

Nas *Famílias do Reino de Portugal* de Diogo Gomes de Figueiredo (Ms. 3 Azul da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa), fonte de muita da erudição genealógica do Dr. Saraiva, lê-se, na fol. 304, que um tal D. João de Noronha, filho de D. Pedro de Noronha, senhor de Vila Verde, tendo casado com a filha de um mercador cristão-novo, «com a qual lhe deraõ grande dote, (...) o mandou o Arquiduque Alberto, que entãõ governava este Reyno prender e riscar dos livros de ElRej». O Arquiduque Alberto era, como todos sabem, sobrinho de Filipe II.

Da expressão «no haber casado su padre como su sangre merescia», conclui o Autor o seguinte: «Era pois Violante, segundo o embaixador, quem deslustrava a família. Não seria, certamente, a mancha de cristã-nova, porque do mesmo tronco do tesoureiro-mor vinham os marqueses do Louriçal e condes da Ericeira e irmão de Violante era Álvaro Peres de Andrade, homem de grande poder por essa época. O motivo do desprestígio era, pois, o comportamento da condessa» (p. 309).

Apenas, o Dr. Saraiva esquece-se de acrescentar que os títulos de conde da Ericeira e de Marquês do Louriçal ainda não existiam em 1579 e que não estava em causa, portanto, a sua sucessão. Os condes da Ericeira datam do século XVII e os marqueses do Louriçal do século XVIII. Portanto, a carta de Cristóvão de Moura — e é o único documento de que o Dr. Saraiva dispõe — não pode ser usada a respeito do «comportamento da condessa».

Todavia, no meio de tanta fantasia, digna de melhor aplicação, ainda é o caso da filha D. Joana, amada de Camões e rival da mãe, que mais me impressiona, pois nem sequer fiquei com a certeza de que ela alguma vez tivesse existido. D. António Caetano de Sousa, o único que vagamente a menciona, três séculos depois de ela ter vivido (se viveu), era um genealogista com defeitos, como qualquer outro. Não preciso certamente de recordar a questão da falsa genealogia dos Manuéis, filhos do bispo da Guarda e de Justa Rodrigues, em cuja aristocratização colaborou D. António Caetano de Sousa, como bem mostra Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930 (reimpressão da Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa, 1973), vol. III, p. 10 e seguintes.

Um outro ponto que merece comentários é o da cultura de Camões e de outras figuras do século XVI. A ignorância, por parte do Dr. Saraiva, de estudos recentes sobre o movimento cultural do começo do século XVI, leva-o a não compreender a anedota sobre D. Jorge de Lencastre, filho bastardo de D. João II, que transcreve do já mencionado ms. 666 da Biblioteca Nacional de Lisboa.

D. Jorge fora educado pelo humanista italiano Cataldo Parísio Sículo (5),

(5) Vide Américo da Costa Ramalho, *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1969.

vindo propositadamente de Itália para o ensinar. Cataldo tomou a sério as suas funções e conseguiu que o seu discípulo falasse e escrevesse latim correctamente, de modo a impressionar visitantes estrangeiros como Jerónimo Münzer (6) que o elogiou pela sua cultura (*humanissimus adolescens est*). Todavia, apesar de ensinado por um humanista, D. Jorge — na douta opinião do Dr. Saraiva — não sabia o que era um humanista, mas os dois pagens, seus criados, que o interrogam na anedota, esses sabiam... Pelo menos, é o que garante, com a certeza habitual, o Dr. Saraiva.

Eis o texto, tal como ocorre no manuscrito I-14-3-7 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cuja lição não difere da do manuscrito 666 da Biblioteca Nacional de Lisboa:

«Vindo a Setuual hum Pregador nouo disse o mestre ahum criado seu de que tinha bom conseito queo fosse ouuir porque elle não queria ouuido sem saber prim^o sua sufficiencia; eo criado que se chamaua Aluaro Pestana depois que o ouuido disse ao mestre que pregaua honestam.^{te} e era bom humanista; ido o Aluaro Pestana preguntou hum de dous criados ao mestre que cousa era ser humanista? e elle querendo lhe responder uio dar de cotouelo ao outro, e enfadandosse disselhe; sabeis que cousa he ser humanista? Que não perderaõ nada os que estam por vir em vos outros o nam saberdes».

Vamos agora transcrever a interpretação que lhe dá o Dr. Saraiva nas pp. 277/278:

«Eram muitas vezes os escudeiros discretos quem supria a falta de cultura do amo, numa sociedade em que a cultura literária estava na moda, mas em que muitos nobres não tinham recebido nenhuma preparação para ela. Os *Ditos Portugueses* fornecem a esse respeito elementos de informação novos e reveladores. O Mestre de Sant'Iago, D. Jorge, o bastardo que D. João II não conseguiu que Roma legitimasse, vivia em Setúbal; ouviu dizer que ali chegara um pregador que estava a fazer sensação e julgou-se no dever de o ir ouvir; mas, antes disso, encarregou um seu escudeiro de lhe dizer se valeria a pena. O escudeiro foi e voltou com a sua opinião: «(...) prega honestamente e é bom humanista». Dois outros criados do mestre, que estavam presentes, mostraram-se interessados por aquela palavra: *humanista*. E pediram a D. Jorge que lhes explicasse o que queria dizer. Mas eles já o sabiam muito bem; quem o não sabia era o mestre, que se embrulhou numas atrapalhadas explicações. Os rapazes acotovelavam-se, mal podendo conter o riso. O mestre acabou por perceber e concluiu irritado: «Sabeis que cousa é ser humanista? É uma cousa que não perderão nada os que estão por vir por vós outros o não saberdes!»

Naturalmente, a explicação mais natural é a de que o Mestre de Santiago não gostou de ver que os rapazes desfrutavam a seriedade pedagógica com que se preparava para lhes dar uma lição... E o próprio facto de terem feito essa pergunta ao seu patrão, o rico e poderoso Duque de Coimbra, é prova de que D. Jorge gostava de mostrar a sua sabedoria.

(6) Basílio de Vasconcelos, *Itinerário de Jerónimo Münzer (Excertos)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 15.

O comentário «Mas eles já o sabiam muito bem, quem o não sabia era o mestre, etc.» não passa de uma invenção do Dr. Saraiva, como tantas outras. Ainda o maior interesse da anedota é o de nos permitir a conclusão de que a palavra *humanista* se usou em Portugal, antes de 1550, data da morte de D. Jorge de Lencastre, Duque de Coimbra e Mestre de Santiago.

Mas se D. Jorge, educado por um humanista, não sabia o que era um humanista, Camões tem de contentar-se com o «saber escudeirático». Em que consiste este novo saber, alegado pelo Dr. Saraiva?

A resposta vem na página 291: «O saber escudeirático, aqui como na *Eufrosina*, surge-nos fortemente impregnado de intuítos de crítica social, é antiaristocrático e tem na sua base um conhecimento superficial do latim, um Petrarca sabido de cor, e o manuseio assíduo das crónicas do reino. São também essas, como se sabe, as características da cultura revelada por Camões».

Antes de prosseguir, devo chamar a atenção para a tendência que o Dr. Saraiva revela, de estropiar o latim, «macarronizando-o», onde quer que cita esta língua, no seu livro. Algumas páginas antes da transcrição que acima fiz, o Dr. Carrasco da *Eufrosina* fica ainda mais ridículo com o seu latim tornado macarrónico pelo Autor. Aliás, este tipo de juristas era na vida real metido a ridículo não apenas pelo comum das gentes, mas até pelos letrados como Clenardo e André de Resende que lhes mudava o nome de «causídicos» em «causíficos». E Resende não participava certamente do «saber escudeirático» do Dr. Saraiva.

Feito este parêntese, voltemos ao *conhecimento superficial do latim* que o Autor considera como base do *saber escudeirático*. Será esse o caso de Camões? Evidentemente que não. Ao contrário do que pensa o Dr. Saraiva, tudo indica que Camões tinha um profundo conhecimento da língua latina: Virgílio, Horácio, Ovídio, Cícero, Plínio-o-Antigo e outros estão-lhe constantemente no bico da pena e tudo leva a concluir que, dos autores mencionados, ele sabia muitos trechos de cor.

Aliás, alguns passos de Virgílio, por exemplo, o próprio Dr. Saraiva, certamente informado pelos comentadores, consegue reconhecê-los, embora lhes deturpe completamente o sentido, ao tentar transformar as reminiscências virgilianas em documentos autobiográficos de Camões.

É o que acontece com a égloga VIII de Virgílio, como vamos ver. Escreve o Autor: «Uma outra possível explicação seria a imitação do nome de Nisa, utilizado por Virgílio na 8.^a égloga. Sabe-se que, em mais de um caso, as églogas de Virgílio forneceram a Camões nomes de personagens; das églogas 8.^a e 9.^a saiu o Méris que Camões aplica a si próprio no soneto autobiográfico *Cantando estava um dia bem seguro*. Pois esta Nisa é uma jovem por quem se apaixonou o pastor-poeta que já serviu a mãe dela e que lhe recorda a idade com que a serviu: 12 anos. Todas estas circunstâncias se adaptavam a Camões e Joana» (p. 195).

Esta interpretação da Bucólica VIII de Virgílio é uma deturpação completa dos famosos versos:

Saepibus in nostris paruum te roscida mala
 (Dux ego uester eram) uidi cum matre legentem;
 Alter ab undecimo tum me iam acceperat annus; 40
 Iam fragiles poteram ab terra contingere ramos.
 Vt uidi, ut perii! ut me malus abstulit error!

Nas nossas sebes, era eu o vosso guia, vi-te, eras tu pequena, a colher com tua mãe os pomos húmidos de orvalho. Entrara eu então no ano que segue ao undécimo, e já podia tocar do chão os frágeis ramos. Como te vi, como me perdi, como um louco engano me arrabato!

Para estes versos se enquadrarem no esquema biográfico que o Dr. Saraiva criou para Camões, seria preciso que o pastor que faz confidências em Virgílio fosse criado da mãe e da filha que seriam D. Violante e D. Joana (se de facto existiu).

Ora, no canto do pastor Dâmon da Bucólica VIII de Virgílio, mãe e filha não se encontram em qualquer condição de superioridade, não são as proprietárias do campo onde o jovem pastor as guia, mas a família deste (*saepibus in nostris*). O pastor nunca serviu a mãe da rapariga, nem como seu amante, pois tinha apenas doze anos, nem como seu criado. Camões era muito mais velho do que D. Joana, se esta não é mera ficção, pois seria pouco mais novo do que D. Violante, sua mãe. E aos doze anos do pastor, ainda D. Joana não era nascida. Aliás, a égloga XIV, um centão de lugares comuns do bucolismo greco-latino, não é aceite como camoniana pela maioria dos editores.

Por outro lado, nessa égloga XIV, Violante não é a mãe (anónima) de Alcida, mas a amada de Laurenó. Alcida e a reminiscência de Virgílio surgem no canto de Ergasto:

Com a mãe, que maçãs colhendo andava,
Inda pequena, a bela Alcida vinha:
Eu os ramos da terra já tocava,
Já fácil para amar o tempo tinha.
Não sei que fogo ou neve se passava
Daqueles olhos seus a est' alma minha,
Que me deixaram posto em tal extremo,
Que até de cuidar neles ardo e tremo.

Sem a reminiscência de Virgílio, inserida na primeira parte da estrofe, esta seria banal e pouco digna de Camões a quem, como atrás referimos, muito provavelmente não pertence.

Outro aproveitamento biografista de Virgílio, por parte do Dr. Saraiva, refere-se à Bucólica X do Mantuano, que este dedicou aos amores do seu protector Gaio Cornélio Galo, político e poeta. Uma das amantes de Galo foi a actriz grega Lycoris que usava o nome artístico de Cytheris. A carreira amorosa da bela e provocante mima foi variada, contando-se entre os predecessores de Galo o austero Bruto e Marco António. Galo foi, por seu turno, trocado por um oficial do exército de Agripa, estacionado no Reno, para junto de quem Lycoris fugiu.

Virgílio compôs a Bucólica X em que, segundo uma tradição antiga, entram versos de Galo, para consolar o seu amigo e confrade na poesia. Cornélio Galo teria lamentado a bela fugitiva, receando que ela magoasse os pés e sofresse os frios dos Alpes na sua viagem de Itália para a Germânia.

É difícil, se não impossível, aplicar estas circunstâncias a uma hipotética viagem a França, em 1547-1548, de D. Violante de Andrade, que seria Lycoris, com seu marido D. Francisco de Noronha, que seria — julgo eu — o oficial de Agripa com quem Lycoris fugiu.

Admitindo que D. Violante acompanhou o marido (e nada se sabe a esse respeito), quando este foi, como embaixador, à corte de Francisco I, é pouco aceitável imaginá-la a atravessar os Alpes, por onde não passou, ou a viver num acampamento militar da fronteira com a Alemanha, onde provavelmente nunca esteve. Todavia, na interpretação do Dr. Saraiva, o «mísero amante» é D. Francisco, «o marido enganado». Isto é, torna-se simultaneamente o militar favorecido (*outro amor, outro bem, outro desejo*) e o poeta abandonado (pp. 166-167). Que confusão!

Mas vejamos o trecho da *Écloga II* de Camões, onde se encontra a recordação de Galo:

Quantas vezes as ásperas mudanças
o namorado Galo tem chorado
de quem o tinha envolto em esperanças?
Estava o triste amante recostado,
chorando ao pé dum freixo o triste caso
que o falso Amor lhe tinha destinado;

Vinha o intonso Apolo ali culpando
a sobeja tristeza perigosa
com ásperas palavras reprovando:

Galo, porque endoudeces? que a fermosa
Ninfa que tanto amaste, descobrindo
por falsa a fé que dava, e mentirosa,
pelas Alpinas neves vai seguindo
outro amor, outro bem, outro desejo,
como inimiga, enfim, de ti fugindo.

Mas o mísero amante, que o sobejo
mal empregado amor lhe defendia
ter de tamanha fé vergonha ou pejo,
da falsífica Ninfa não sentia
senão que o frio do gelado Reno
os delicados pés lhe ofenderia.

Os versos da *Bucólica X* de Virgílio, cuja recordação se encontra dispersa no trecho camoniano transcrito, são principalmente os seguintes:

Omnes «Unde amor iste» rogant «tibi?» Venit Apollo:
«Galle, quid insanis?» inquit; «tua cura Lycoris
Perque niues alium perque horrida castra secuta est.» 23

«Tu procul a patria (nec sit mihi credere tantum) 46
Alpinas, ah! dura, niues et frigora Rheni
Me sine sola uides. Ah! te ne frigora laedant!
Ah! tibi ne teneras glacies secet aspera plantas!»

Todos (os pastores) perguntam: «Donde nasceu esse teu amor?». Veio Apolo e diz: «Galo, porque estás louco? Licoris, teu cuidado, pelo meio das neves e do acampamento erigido de armas, seguiu um outro.» (...) «Tu, longe

da pátria (possa eu não acreditar tão grande mal!), vês sozinha, sem mim, ah, cruel! as neves dos Alpes e o inverno do Reno! Ah! que os frios te não firam! que o gelo agudo não corte os teus pés delicados!»

Outras reminiscências virgilianas aproveita o Dr. Saraiva, sem lhes mencionar a fonte. Refiro-me, por exemplo, ao final da elegia *O poeta Simónides, falando*, que o Autor transcreve nas páginas 268-269:

Oh! lavradores bem aventurados!
Se conhecessem seu contentamento,
como vivem no campo sossegados!
Dá-lhes a justa terra o mantimento

.....

Este *topos*, tantas vezes repetido na poesia do século XVI, é inspirado por Virgílio, *Geórgicas* II, 457 e segs.:

O fortunatos nimium, sua si bona norint,
Agricolae! quibus ipsa, procul discordibus armis,
Fundit humo facilem uictum iustissima tellus.(...)

E os versos subsequentes contêm igualmente reminiscências dispersas dos versos que omiti, por brevidade, do mesmo trecho virgiliano, cujo pensamento reproduzem:

Ditoso seja aquele que alcançou
poder viver na doce companhia
das mansas ovelhinhas que criou!
Este, bem facilmente alcançaria
as causas naturais de toda a cousa,
como se gera a chuva e neve fria;
os trabalhos do Sol, que não repousa;
e porque nos dá a Lua a luz alheia,
se tolher-nos de Febo os raios ousa.
E como tão depressa o Céu rodeia;
e como um só os outros traz consigo,
e se é benina ou dura Cítéria.

Para o Dr. Saraiva todo o trecho «são puras confidências pessoais destinadas a passarem despercebidas ao leitor inadvertido» (p. 269). E *biografizando*, o Sol é Violante, porque «o Sol não repousa, como o volúvel amor de Violante se não fatiga»; «Cítéria, Vénus = Violante é de humor imprevisível»; Joana é a Lua, etc. Há uma teoria de eclipses (amorosos) que os «altivos Noronhas» não entendem, mas Violante talvez perceba. E ocorre perguntar: então não foi em casa de D. Francisco de Noronha que Camões adquiriu o «saber escudeirático»?

Parece-me mais natural que ao leitor culto de Quinhentos soassem tais versos como aquilo que de facto eram, reminiscências de um poeta (Virgílio) estudado na escola, reminiscências que esse leitor sentia gosto em reconhecer. Este reencon-

tro era para os quinhentistas, em Portugal e por toda a Europa, uma fonte de prazer estético.

Mas não é só Virgílio que Camões conhece bem. O maior lírico de Roma, Horácio, está igualmente presente nos seus versos, embora o Dr. Saraiva não tenha dado por isso.

Uma estância da ode *Fogem as neves frias*, segundo o Autor, encerra «uma contagem do tempo que pode dar a medida do tempo da prisão (de Camões):

Assi se vai passando
a verde Primavera e seco Estio.
Trás ele vem chegando
despois o Inverno frio,
que também passará por certo fio...

Passou portanto já um Inverno e outro vai chegar. O poema termina por duas misteriosas alusões, aparentemente desligadas da sua temática: uma a um velho Crespo, que não teve poder contra o douto Sólon, e outra a Diana e Hipólito e à morte de Períto. Tudo isto encontra explicação no contexto biográfico proposto» (p. 237). Segue-se o habitual exercício de fantasia em que a imaginação do Dr. Saraiva corre à rédea solta.

A ode *Fogem as neves frias*, como é sabido, tem por inspiração três conhecidas odes da Primavera (I iv, IV vii, IV xii) de Quinto Horácio Flaco. O tema é o da instabilidade da Fortuna, corrente no século XVI. O poeta compara a sucessão das estações do ano, da Primavera ao Inverno, à sucessão das idades do homem, da Juventude à Velhice. E contrasta melancolicamente a renovação da Natureza, depois de cada Inverno, com a vida humana, cujo Inverno não tem retorno.

A construção da ode de Camões, embora inspirada em Horácio, é livre, como de costume, e não tradução literal. Aos versos citados pelo Dr. Saraiva correspondem os seguintes da ode vii do livro IV:

[Frigora mitescunt Zephyris], uer proterit aestas
Interitura, simul
Pomifer autumnus fruges effuderit, et mox
Bruma recurrit iners (7).

O *exemplum* de Crespo não se encontra em Horácio, mas não tem nada de «misterioso», como pensa o Dr. Saraiva. Com efeito, refere-se à famosa narrativa de Heródoto (*Histórias*, I, 30) a respeito de Crespo, o rei da Lídia, que se considerava o mais rico e feliz dos homens, e a quem o sábio Sólon havia declarado que nenhum homem podia julgar-se feliz em toda a sua vida, antes do momento final. Era um tópico frequente na literatura do tempo e que, se quisermos recorrer a uma fonte

(7) «[Os frios adoçam com os zéfiros], a Primavera é suplantada pelo Verão que há-de morrer, quando o frugífero Outono espalhar as searas maduras, e em breve retorna o Inverno inactivo».

latina, Camões podia ter lido, por exemplo, em Juvenal, autor muito conhecido entre nós, já nos começos do século XVI:

Festino ad nostros et regem transeo Ponti
et Croesum, quem uox iusti facunda Solonis
respicere ad longae iussit spatia ultima uitae. (8)

(Satira X, 273-275)

É, por isso, estranha a maneira como o Dr. Saraiva caracteriza esta situação, referindo-se «a um velho Cresos, que não teve poder contra o douto Sólon». Este «velho Cresos» seria o pai de Violante, pois já «vimos a enorme fortuna que conseguiu reunir» (p. 237). O «douto Sólon» é evidentemente Camões, com «saber escudeirático» e tudo...

Mas vejamos os versos camonianos que não têm correspondência em Horácio, mas nem por isso estão fora do espírito da ode:

Que foram dos Troianos
Hector temido, Eneas piadoso?
Consumiram-te os anos,
ó Cresos tão famoso,
sem te valer teu ouro precioso.

Todo o contentamento
crias que estava no tesouro ufano?
Ó falso pensamento!
Que, à custa do teu dano,
do douto Sólon creste o desengano!

Não há aqui qualquer rivalidade entre o douto Sólon e o rico Cresos, e a alusão não tem nada de «misterioso» nem «desligado da temática». Aliás, quando Sólon «desenganou» Cresos, o sábio grego era velho e Cresos mais novo do que ele, exactamente o contrário do que se passava entre Camões e Fernão d'Álvares de Andrade, o pai de D. Violante.

Nada de «misterioso» também na alusão a «Diana e Hipólito e à morte de Perítoos»:

Porque, enfim, nada basta
contra o terrível fim da noite eterna;
nem pode a deusa casta
tornar à luz superna
Hipólito da escura noite Averna.

Nem Teseu esforçado,
com manha, nem com força rigorosa,
livrar pode o ousado
Perítoos da espantosa
prisão Leteia, escura e tenebrosa.

(8) «Apresso-me a vir para os nossos e deixo de lado o rei do Ponto e Cresos, a quem a palavra eloquente do justo Sólon exortou a olhar para a fase final duma longa vida».

Estes versos são o final da ode de Camões que aqui segue de perto a ode vii do livro IV de Horácio, cujo final é o seguinte:

Infernis neque enim tenebris Diana pudicum
Liberat Hippolytum
Nec Lethaea ualet Theseus abrumpere caro
Vincula Pirithoo (9).

Virgílio e Horácio eram autores da escola. D. Jorge de Lencastre, de quem, segundo atrás vimos, disse o Dr. Saraiva que não sabia o que fosse um humanista, leu-os antes dos catorze anos de idade, como se vê pela correspondência do seu mestre Cataldo Sículo. Por isso, discordo do Dr. Saraiva, quando escreve: «É a acção da escola que explica a difusão do classicismo humanista e o domínio de si mesmo que ele implica. Camões não passou por essa acção redutora e os temas que cantou na vida não foram os aprendidos nas obras clássicas, mas os que a vida lhe ensinou» (p. 300).

Na realidade, foram uns e outros, como é próprio do artista que possui a cultura do seu tempo.

Dos amigos de Camões, um dos mais referidos pelo autor da *Vida Ignorada* é André Falcão de Resende. Mas ao ler o romance camoniano do Dr. Saraiva, fiquei com a impressão de que o poeta eborense é um conhecimento recente do Autor, se não da última hora. Com efeito, em duas penadas, e sem qualquer justificação, troca tudo na vida deste honesto e sentencioso magistrado que foi juiz de fora e, mais tarde, ouvidor.

Escreve o Dr. Saraiva: «Se a casa de D. Francisco de Noronha era, como Camões a descreve, um centro literário onde se reuniam *pastores muitos que tangiam*, o romancista tê-la-ia frequentado. Uma outra relação que se pode explicar desse mesmo modo é a do poeta André Falcão de Resende que conheceu Camões em Coimbra e lhe dedicou uma sátira quando ele partiu para a corte» (p. 282).

Estudei durante muitos anos a obra de André Falcão de Resende (10) e nunca lá encontrei qualquer referência ao «centro literário» (que também se não encontra em Camões) existente em casa de D. Francisco de Noronha. Por outro lado, e ao contrário do que pensa o Dr. Saraiva, não parece provável que André Falcão tenha conhecido Camões em Coimbra, mas muitos anos depois, talvez em Lisboa.

Vamos aos factos. Cito do artigo que sobre Falcão de Resende publiquei em *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*: «Frequentou a Universidade de Coimbra, entre 1548 e 1550, interrompendo o curso que só veio a retomar em 1567 para se bacharelar em Cânones em 20.7.1569 e licenciar na mesma Faculdade em 19.11.1570. Antes de regressar a Coimbra, havia obtido o grau de bacharel em Artes na Universidade de Évora, possivelmente em 1562».

(9) «Das trevas infernais nem Diana liberta o casto Hipólito, nem Teseu é capaz de romper as Leteias algemas ao querido Pirítoos». Vide livro citado na nota (5), pp. 318-332.

(10) Vide livro citado na nota (5), pp. 203-294; e do mesmo autor, «Romance de um poeta português que assistiu ao afundamento do *Revenge*», *Memórias da Academia das Ciências, Classe de Letras*, tomo XV, Lisboa, 1975, pp. 87-115.

A écloga, de que acabamos de citar um trecho significativo, é claramente tardia, e a Sátira já referida deve ser, como atrás escrevi, da mesma época.

Venho agora à questão do «bacharel latino», levantada pelo Dr. J. H. Saraiva, a propósito da «Sátira a Luís de Camões»:

Logo algum vil espírito o nota e acusa:
 «Vedes o triste (diz aos de seu bando),
 Que é bacharel latino, e nada presta,
 É poeta o coitado, é monstro nefando. 15
 Na noite que mal dorme ou ardente sesta
 Compõe sonetos por seu passatempo
 E sua pequice em versos manifesta».

.....

«Ande o pobre poeta um doudo feito, 40
 Mendicando o comer e os consoantes,
 Compondo seus poemas sem proveito.
 Bem tenho eu (diz o vil) por mais galantes
 Os truães chocarreiros com guitarras,
 Que aplazem aos reis, aos príncipes e infantes. 45
 Estes alegres com c'roas de parras
 Festejam Baco e a Ceres todo o ano,
 E o prazer tem seguro a quatro amarras.
 Nunca lhes falta o pão, calçado e o pano,
 Seja um doudo, é Dom Félix, Dom Briando, 50
 E bem que parvo, é ciceroniano» (13).

A quem se referem as palavras do «vil espírito»? A Falcão de Resende? A Camões? O Dr. Saraiva responde, peremptório: «Quem é bacharel latino não é Camões, mas o autor da sátira» (p. 294).

Já vimos atrás que Falcão de Resende era bacharel em Artes pela Universidade de Évora e licenciado em Cânones por Coimbra. Não era, portanto, um poeta sem eira nem beira, como o descrito nos versos citados. E se achava pequeno o seu ordenado de juiz, não é de crer, apesar disso, que pudesse ser alvo de chufas, pela sua pobreza.

Também a Falcão de Resende dificilmente se aplicariam os versos que vêm logo a seguir aos já transcritos, e em que o «vil espírito» continua o seu discurso:

«Ó la curiosidad del eloquente, 55
 Grão poeta, gramático facundo,
 Faminto, pobre e nu, pique no dente!»

Custa a crer que, ao referir-se ao «grão poeta» que é também «gramático facundo», Falcão de Resende estivesse a pensar em si! Ele sabia que o seu estro não era excepcional.

Aliás, não é impossível que a qualificação de «bacharel latino» se aplicasse, por generalização, a quem possuísse uma boa cultura humanística, independente-

(13) Vide o primeiro livro citado na nota anterior, p. 284.

mente da posse de um título universitário. A questão de ter ou não um grau superior é irrelevante para Camões. Importa, sim, reconhecer que era um homem de ampla e sólida cultura, e não a «escudeirática» do Dr. Saraiva.

O subjectivismo do Autor chega ao ponto de afirmar que na estância 97 do canto III de *Os Lusíadas*, quando Camões se refere à Coimbra universitária, «não se encontra qualquer inflexão de ternura, saudade ou orgulho, sentimentos que nunca faltam em quem estudou em Coimbra» (p. 296).

Subjectivismo por subjectivismo, não é essa a impressão de muitos antigos estudantes de Coimbra. Sei de um que, longe da pátria, tendo de ler essa estrofe numa universidade estrangeira, dificilmente pôde conter a emoção:

Fez primeiro em Coimbra exercitar-se
O valeroso ofício de Minerva
E de Helicon a Musas fez passar-se
A pisar do Mondego a fértil erva.
Quanto pode de Atenas desejar-se,
Tudo o soberbo Apolo aqui reserva,
Aqui as capelas dá tecidas de ouro
Do bácaro e do sempre verde louro.

Também Joaquim Nabuco (14), embaixador do Brasil nos Estados Unidos, que foi no seu tempo um arauto de Camões na América, sentia a emoção dessa estrofe. Com ela terminou uma conferência que fez, em 21 de Abril de 1909, às alunas do famoso Vassar College, sobre o poeta lírico.

Fazendo o elogio da grande escola feminina americana, adaptou na tradução inglesa a estância, substituindo «em Coimbra» por «by woman» e a expressão «do Mondego» por «of the Hudson». E acabou a conferência, lendo a estrofe original de *Os Lusíadas* sobre a Universidade de Coimbra.

Muitos outros tópicos poderiam ser tratados numa apreciação crítica desta *Vida Ignorada de Camões*, mas a presente recensão já vai longa. Poderão ser discutidos em outra ocasião, se houver oportunidade disso. Um deles é o das etimologias, domínio linguístico em que o autor se movimenta com excessivo à vontade, dando a impressão de que não tem consciência da sua complicada problemática.

Assim, por exemplo, a relação que o Dr. Saraiva estabelece nas pp. 255/256 entre *Dinamene* ou, em melhor transcrição, *Dinâmene* (*Δυναμένη*) e *Anadiómene* (*Ἀναδιόμενη*) só pode ser feita à revelia da língua grega.

Também não parece satisfatória a ligação que o Autor estabelece entre Ergasto, personagem da já citada écloga XIV, normalmente rejeitada pelos editores de Camões, e *ergastulum*, «palavra que [o poeta] foi buscar ao latim, onde significa geralmente *cárcere*, mas também é empregada no sentido de prisioneiro» (p. 233). Devo esclarecer que neste último sentido só é usada no plural *ergastula* e com significado pejorativo.

(14) Vide Américo da Costa Ramalho, *Estudos Camonianos*. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1975, pp. 101-123.

rativo. Parece-me mais natural relacionar Ergasto com o grego ἐργάζεσθαι (*ergázesthai*) «trabalhar» e ἐργαστής (*ergastés*) «trabalhador». Mas isso estraga as congeminações do Dr. Saraiva que vê em Ergasto, pastor de uma écloga que Camões quase de certeza não escreveu, uma encarnação autobiográfica do poeta prisioneiro.

E agora dois ou três pontos concretos que podem ser abordados com brevidade.

A tradutora de Marcantonio Sabellico foi D. Leonor de Noronha e não D. Joana (p. 298), como o Autor lhe chama. E Camões não precisava da sua tradução, pois sabia latim. Isso não impede, naturalmente, que a tenha lido.

Por outro lado, D. Leonor de Noronha não foi discípula de André de Resende (p. 112) nem o humanista «para ela e seu irmão D. Pedro compôs uma *Arte de Gramática*, impressa em 1540». É um erro de Barbosa Machado na *Bibliotheca Lusitana*, muitas vezes repetido. Levantei dúvidas sobre a identidade dos discípulos de Resende no artigo que escrevi sobre D. Leonor de Noronha na *Enciclopédia Verbo*.

Hoje, estou seguro do modo como as coisas se passaram. O livro, cujo título exacto é *De uerborum coniugatione commentarius*, foi composto para os sobrinhos de D. Leonor, filhos de seu irmão D. Pedro de Meneses, terceiro marquês de Vila Real. Um exemplar que me foi dado examinar transformou em certeza a minha suspeita. De facto, na carta que serve de prefácio ao opúsculo, datada de 11 de Junho de 1540, André de Resende informa de que as necessidades do seu próprio magistério, nomeadamente, o ensino do «conde de Alcoutim e D. Juliana de Meneses, filhos do Marquês de Vila Real, que lhe foram confiados», aconselham a publicação do trabalho. Esta D. Juliana (a que Resende chama em latim *Menesia*, isto é, «de Meneses») chamou-se também «de Lara» (e «de Noronha») e veio a ser mulher do duque de Aveiro, D. João de Lencastre.

A filha de D. João III que casou com seu primo Filipe, filho do imperador Carlos V, não se chamava Filipa (p. 115), mas tinha o nome de Maria.

O Dr. Saraiva raramente cita a bibliografia que utilizou e, quando a cita, fá-lo de modo vago e incompleto. Também se sente muito a falta neste livro de um índice de nomes próprios que facilitaria certamente a sua consulta reflectida e crítica.

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

DOCTOR M. GONÇALVES CEREJEIRA, O Renascimento em Portugal.

II — Clenardo. O Humanismo e a Reforma. Coimbra Editora, Limitada, 1975. 244 pp.

A recensão presente ocupa-se do volume II da obra do Professor Manuel Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal — Clenardo*, de que esta é a primeira reedição, desde que foi impresso em 1918, na antiga Imprensa da Universidade de Coimbra.

O volume I foi mais feliz, editorialmente falando, com as suas quatro edições, das quais a última, em 1974. Aliás, o mesmo volume I fora valorizado, logo a